

Pauta: Tendências para a transparência pública e a situação do município de Porto Alegre

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): (10h44min) Bom dia, colegas Vereadores; Ver.^a Abigail, vice-presidente da Comissão de Finanças; Ver. Aírto Ferronato. Temos a presença do Bruno hoje aqui, que vai ser um dos palestrantes; a presença do Sr. Carlos também, representando a secretaria de Transparência; e da diretora Adriana. Exatamente a transparência, o debate hoje é sobre a transparência no Executivo Municipal. Nós temos o Bruno que exerce um importante trabalho junto a uma organização sem fins lucrativos que faz essa parte da fiscalização e acompanhamento e, hoje, ele traz para nós, Vereadores que também fiscalizamos a atuação da Prefeitura, um pouco mais do que ele tem visto, as dificuldades onde nós podemos melhorar. E por isso que nós contamos também com a presença do Executivo para trazer os planos, os horizontes, e que nós podemos deslumbrar aqui também, como Prefeitura. Agradeço a presença. A Débora também aqui representando a secretaria de Transparência. Vamos passar de imediato a palavra para o Bruno e para as perguntas; depois, nós fazemos as nossas considerações.

SR. BRUNO MORASSUTTI: Obrigado, Vereadora. Obrigado a todos aqui presentes hoje. Obrigado à equipe da Prefeitura também que está aqui presente para a gente poder conversar sobre transparência pública no nosso Município. Eu sou Bruno Morassutti, sou diretor da Advocacy da Fiquem Sabendo, nós somos uma entidade que trabalha em nível municipal, estadual e federal em matéria de transparência pública. Hoje, nós fazemos parte do Conselho de Transparência Pública da Controladoria-Geral da União e trabalhamos de forma consultiva, tentando aconselhar e propor melhorias de transparência, mas também, quando necessário, a gente apresenta pedido de providências e denúncias perante instâncias de controle externo, quando a gente verifica que existe uma resistência maior a avanço de questões relacionados à transparência pública e acesso à informação. Hoje, o objetivo da minha fala é trazer sobre tendências que nós temos verificado em matéria de transparência pública,

porque a Lei de Acesso à Informação estabelece um rol de informações mínimas a serem publicadas e dada a transparência. Nós entendemos que de modo geral, ainda que, claro, sempre com margem de melhoria, a Prefeitura de Porto Alegre cumpre adequadamente essa transparência pública que a lei de acesso exige, mas nós temos e queremos, temos o direito de exigir mais, dado o fato de que, como capital do Estado do Rio Grande do Sul, nós sempre desempenhamos um papel de exemplo para outras capitais e para outros municípios no nosso Estado. Então, Porto Alegre precisa avançar em diversos fatores, e nós aqui vamos buscar trazer, de forma rápida e objetiva, onde a gente pode almejar melhorar em matéria de transparência pública. Só uma breve explicação sobre os projetos que a Fiquem Sabendo desenvolve. Nós temos o Wikilai, que é um projeto, é uma Wikipédia aberta em que qualquer pessoa pode obter informações sobre como utilizar a Lei de Acesso à Informação, desde estudantes, jornalistas, pesquisadores, gestores públicos, nós temos ali modelos de pedidos de informação, explicamos como se faz para apresentar recursos, temos modelos prontos já para vários tipos de negativas de acesso à informação e explicamos também como organizar para redigir uma denúncia. A Don't Lay To Me é um trocadilho com Lei de Acesso à Informação também, é uma *news lettering* quinzenal, onde a gente publica conjuntos de dados e informações de interesse público que nós obtemos, via Lei de Acesso à Informação, e o projeto Sem Sigilo é um projeto que busca dar transparência e divulgar informações que foram colocadas sob sigilo, de forma irregular ou que eventualmente tiveram o prazo de sigilo encerrado e não foram colocados e disponibilizados por transferência ativa pelos entes governamentais. Nós temos hoje em dia esses três eixos aqui. Pode passar. Bom, aqui então vamos falar sobre tendências para transparência pública e o Município de Porto Alegre. Qual é o nosso contexto externo? Nós temos hoje três grandes entidades aqui que eu acho que são pertinentes para a gente analisar da transparência pública, que é a OCDE, acho que todos aqui conhecem, é uma organização internacional que reúne diversos países que tentam cooperar em matéria de boas práticas de regulamentação e atividade da administração pública, e um dos eixos muito importantes da OCDE e que nesse

aspecto merece atenção é a transparência regulatória. Hoje o governo federal brasileiro está em tratativas para adequação do nosso arcabouço jurídico para permitir mais transparência regulatória, e aqui a gente busca refletir essas questões no Município de Porto Alegre, dentro das respectivas competências. Nós temos o OGP que em português é a parceria para o governo aberto, que o Brasil faz parte desde 2011 e busca estabelecer medidas de participação e abertura de governos, tanto o governo federal, em nível nacional como também estados e municípios, e nós temos a iniciativa global de transparência fiscal, que busca focar esforços e aprimorar a transparência de execução orçamentária, tanto do sob ponto de vista da receita quanto do ponto de vista da despesa. A OCDE tem uma agenda de transparência e recomendações regulatórias em que, de modo geral, esse aqui é um grande resumo, busca assegurar aos cidadãos e empresas o direito de saber de forma antecipada quem decidirá, sobre o que decidirá, por que decidirá e quando decidirá. Todas essas questões aqui são desenvolvidas em várias ações concretas, algumas de competência do Poder Executivo, outras também de competência do Poder Legislativo, que também podem se desenvolver, mas que de modo geral buscam responder a essas quatro preocupações importantes aqui. Pode passar. Isso significa no contexto do Poder Executivo saber, de forma antecipada, o currículo de quem decide e como aquela pessoa foi escolhida para compor aquela determinada função ou cargo dentro do Poder Executivo. Claro que a gente entende que o Poder Executivo tem liberdade para escolher os agentes que o chefe do Poder Executivo entende adequados para preencher os cargos. Até aí, não há nada de errado nisso, mas a sociedade tem direito a entender qual é a vida pregressa dessa pessoa, tanto a vida no âmbito da administração pública quanto, eventualmente, na iniciativa privada, para que a gente possa com isso saber se as escolhas feitas são efetivamente adequadas às necessidades que a função exige. Também é importante que o processo de escolha possa ser de forma aberta e transparente, para que a gente possa entender quando o Poder Executivo decide por escolher uma determinada pessoa em detrimento de outra. Nós temos inúmeros cargos na administração pública municipal em que a gente

sabe, porque essa matéria volta e meia aparece na imprensa, que existe uma disputa de cargos. Existe um candidato, um outro candidato, e *ok*, é correto que o chefe do Poder Executivo possa escolher um em detrimento de outro, mas nós temos que superar a cultura em que a gente não sabe os motivos pelos quais aquela pessoa foi escolhida. Inclusive, nós temos direito a saber quem não foi escolhido para um determinado cargo, até porque, na nossa experiência na vida pública, a gente percebe que, às vezes, as pessoas que não foram escolhidas para um cargo, posteriormente, são escolhidas para outro, ou vão substituir a pessoa que foi escolhida num outro momento. É importante que a gente possa exigir e dar transparência para isso.

Outro ponto é a questão da agenda e planejamento regulatório. Agenda e planejamento regulatório dizem respeito a que a administração pública está planejando fazer e quais são os seus esforços durante um determinado período do ano. Quando, digamos, o prefeito elege como prioridade a revitalização da orla, isso não deveria constar apenas de uma entrevista, isso deveria constar de um documento formal, consolidado com todas os órgãos da administração direta e da administração indireta, em que a gente pudesse saber o que cada órgão planeja fazer durante aquele ano. Que normas está se pensando fazer? O que está se pensando executar e construir? Isso é importante para que a gente possa, em primeiro lugar, participar do processo e também para que empreendedores possam agir de forma informada, sem serem pegos de surpresa, quando, eventualmente, a Prefeitura decide modificar regras de alvará, por exemplo. Se essa é uma questão que a Prefeitura identifica como havendo necessidade de ser modificada, e, recentemente, nós tivemos várias mudanças nessa área, é importante que isso seja avisado com antecedência, com uma estimativa de prazo quando isso vai ser realizado, para que a gente possa participar e nos preparar também. Ah, beleza, vai mudar a regra? Sim. A partir de quando? Porque eu ficar sabendo a partir do Diário Oficial que a regra mudou, não é uma forma razoável e adequada de transparência pública, essa é transparência pública dos anos 1900, nós já passamos disso.

Outro ponto é que a gente tem que ter a publicidade das agendas de compromissos das autoridades pública. E, por autoridades públicas, eu digo que são o prefeito, o vice, os secretários e os diretores, por que? Porque essas pessoas determinam o que a Prefeitura vai fazer, qual vai ser a ação política que a Prefeitura está desempenhando, e onde está sendo focado os esforços dos agentes mais importantes no âmbito da Prefeitura. Quando a gente tem a transparência disso, a gente consegue saber, efetivamente, o que está sendo planejado, o que foi informado de ação efetivamente está sendo executado, ou se eventualmente houve uma mudança de planos, o que ainda assim é razoável, é normal, pode acontecer, mas que a população tem direito de saber. Se o prefeito decide, por qualquer motivo, receber determinado grupo de interesses, aí pode ser tanto uma associação da sociedade civil quanto um grupo de empresários, também pode ser interessante que outras pessoas possam saber, para que elas possam apresentar a sua visão com relação a determinada questão. Nós temos hoje já uma tendência de divulgação de agendas por parte do governo federal, que inclusive cede, de forma gratuita, a plataforma para que as administrações municipal e estadual possam utilizar. Existe todo um sistema para não precisar ter que investir, como ter que gastar recursos públicos, porque há todo um sistema novo – não, isso não é necessário. O governo federal disponibiliza isso gratuitamente, mediante de convênio. E aqui é importante que a gente possa mudar aquele paradigma de que a gente só fica sabendo do compromisso pela imprensa, até porque, posteriormente, o compromisso do agente público é essencial para gente saber se houve interesse público na realização daquele compromisso. Quando o agente público não consegue justificar o porquê que ele realizou uma reunião, ou por que ele não divulgou aquela reunião, aí é que, efetivamente, a gente perde ou começa a perder a confiança nas ações que ele está desenvolvendo. E perceba: não há problema que eventualmente, de forma fundamentada, alguma a reunião seja sigilosa, tanto no que diz respeito ao conteúdo da reunião ou, eventualmente, às pessoas presentes. Digamos que seja uma reunião sobre segurança pública, sobre alguma operação que vai ser realizada e que havia uma necessidade de

conhecimento por parte de agentes municipais; não há problema no sigilo, se feito de forma correta. O problema está na ausência de informações, pura e simplesmente.

E o quarto ponto são as razões das decisões. Toda decisão pública tem que ser tomada por algum motivo, e a Prefeitura tem quadros qualificados, contrata consultores, tanto de internos quanto externos, para tomar decisões adequadas, bem fundamentadas e que a gente possa ter políticas públicas de qualidade. E aqui eu falo inclusive das decisões que envolvem a participação de conselhos municipais. Essas informações, elas têm que ser públicas. Inclusive quando o Poder Executivo encaminha para o Legislativo um projeto de lei ou alguma outra medida que precisa passar pelo Legislativo. Porque às vezes a gente tem aqui só o acesso ao projeto, mas a gente não entende o porquê de o Executivo encaminhar aquele documento. A gente tem só, assim, a mensagem que o Executivo encaminha conjuntamente. E é importante a gente mudar esse paradigma, porque é muito importante até mesmo para a gente entender qual é a interpretação ou qual foi o caso, qual foi o motivo pelo qual aquilo ali chegou no Legislativo. Essas são as recomendações do OCDE.

A OGP tem um foco mais voltado à participação mesmo. O que isso significa? Significa que os cidadãos e empresas têm direito a participar do processo decisório. E aqui a gente está falando tanto de reuniões, comissões ou conselhos. O cidadão tem o direito de apresentar, de forma fundamentada, os seus requerimentos, e tem o direito de receber resposta frente a esses requerimentos. Então, se eu, Bruno, representando aqui a Fiquem Sabendo, apresento uma medida, uma sugestão de melhoria, eu tenho o direito de saber o porquê é que, eventualmente, a minha sugestão não foi acatada ou não foi acatada na sua integralidade. E a Prefeitura, de novo, segue tendo o direito de melhor decidir sobre os rumos das políticas públicas. Não é isso que se coloca em discussão aqui. O que se coloca é a necessidade de ter respostas concretas frente a sugestões concretas. E também é importante que exista notificação prévia de decisões impactantes. Então, digamos, se a Prefeitura decide modificar o rumo da Castelo Branco. A Castelo Branco agora vai mudar as vias, uma que

entrava agora vai ser saída, a saída agora é entrada. Isso gera um impacto gigante e eu tenho absoluta certeza de que a EPTC jamais faria isso sem avisar, sem sair um aviso no rádio, sem ter todo um esforço por parte da Prefeitura. O mesmo deveria acontecer quando a Prefeitura realiza mudanças, por exemplo, na área fiscal, para a emissão de notas fiscais, quando vai ser exigida alguma obrigação acessória por parte do contribuinte; tudo isso a gente tem direito de saber de forma prévia, para que a gente possa efetivamente participar do processo e se preparar para aquilo ali. Porque não basta simplesmente avisar: “A gente vai fazer essa mudança”. A gente também tem que saber que mudanças serão e como fazer com que essa modificação de uma política pública seja feita de forma menos agressiva e menos prejuízo ao cidadão, ainda que seja uma mudança bem-intencionada. A gente tem, às vezes, mudanças em sistemas que são essenciais, mas a gente não tem o aviso de quando o sistema vai mudar, a gente fica sabendo no dia, e isso é um problema.

E, por último, a gente tem a iniciativa global de transparência fiscal onde, em resumo, ela busca defender o direito de os cidadãos saberem como são gastos os recursos públicos, quem são os credores da administração pública, quem são os devedores da administração pública e quem tem condições tributárias privilegiadas. O que significa isso dentre várias questões? A Prefeitura tem que divulgar notas fiscais de transparência pública de compra pública. Hoje, isso inclusive é um dever previsto tanto na nova lei de contratações públicas quanto na lei de governo digital. Existe um dever de divulgação do inteiro teor digitalizado das notas fiscais, e isso é importante não só para uma medida de transparência, mas também para uma medida de aprimoramento da despesa pública, para a gente saber onde o recurso público está sendo destinado e quem são os fornecedores efetivamente da administração pública municipal. A interação da Prefeitura de Porto Alegre com os agentes privados também é muito relevante para a gente decidir onde o dinheiro público está sendo investido. Se a gente está contratando “x” e não “y”, ainda que existam motivos razoáveis, a gente tem que saber o porquê de aquilo estar acontecendo, até para também a gente não ter que resolver problemas depois que a contratação efetivamente é

feita. A gente tem que também ser capaz de divulgar a lista dos credores de precatórios e outros débitos. Já foi aqui motivo de audiência pública na Câmara de Vereadores, quando houve mudança de governo, e nós tivemos uma suspensão no pagamento dos credores de fornecedores. Naquele momento, uma das primeiras medidas foi a publicação da lista dos credores com relação ao assunto. Isso é essencial, porque todo pagamento público tem que seguir regras específicas para garantir isonomia entre as pessoas. Então, quando a gente tem essa questão, essa divulgação dessa informação, o primeiro ponto é garantia de isonomia. O segundo ponto é que todo mundo sabe que o credor exerce uma pressão política importante com relação ao devedor, então, grandes credores do Município de Porto Alegre certamente têm condições de negociação e pressão muito diferente do pequeno credor de RPV. O funcionário público que ganhou uma diferença de pensão, ou de aposentadoria, não tem o mesmo poder de pressão política que uma dívida de um financiamento de banco. E isso é importante que a gente saiba até para entender como é que a movimentação da Prefeitura se desenvolve na negociação com essas pessoas. E sem debater aqui o mérito ou não da existência da dívida, a questão é que a gente tem direito a saber disso. A outra ponta também é importante, existe mais de um estudo que demonstra que a transparência da dívida ativa não só é uma questão que nos assegura saber se a Prefeitura está realizando efetivamente, de forma adequada, a cobrança dos tributos e outras taxas, mas também ela torna mais eficiente o pagamento dos tributos. Quando se divulgam as dívidas, automaticamente o patamar de débitos inscritos diminui. Mais de um estudo, tanto da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional quanto da FGV, mostra que existe uma correlação muito próxima sobre isso. Hoje, embora a Prefeitura possua a lista de devedores, ela ainda não é publicada, apesar de a gente ter uma lei municipal que exige a publicação disso.

O último ponto são os beneficiários de benefícios fiscais; a gente tem na legislação do Município de Porto Alegre diversas hipóteses de benefícios fiscais, que vão desde isenção total ou, eventualmente, redução dos impostos a serem pagos. Alguns simplesmente, em razão da condição da pessoa que não tem

condições financeiras ou, eventualmente, é viúva de um pracinha da Força Expedicionária Brasileira. Mas a gente tem também benefícios fiscais para empresas que, em alguns casos, são obrigadas a manter determinados empregos à população carente, a oferecer bolsas para alunos da rede municipal, e a gente tem direito a saber quem são esses beneficiários, quais são os compromissos que eles assumiram e quanto a gente está deixando de arrecadar em razão disso, porque existe uma contrapartida nesse caso. E hoje a gente ainda não tem a transparência disso.

Essas eram as minhas considerações, muito obrigado pela fala, por me ouvirem e fico à disposição para comentários, para eventualmente tirarem dúvidas. Muito obrigado.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Obrigada, Bruno. Eu vou passar a palavra para o Carlos para fazer uma explicação por base da executiva, e daí a gente abre para as perguntas.

SR. CARLOS FETT PAIVA NETO: Bom dia, eu sou o Carlos Fett, estou secretário adjunto de transparência e controladoria da Prefeitura, e sempre é muito bom a gente ter a oportunidade de conviver um pouco com o Bruno, porque o Bruno é um dos nossos... Como ele é um pesquisador de área, a gente está sempre buscando alguns balizamentos com ele. Eu estava tentando recobrar na minha consciência, porque eu comecei na secretaria de Transparência agora em março deste ano, mas, antes disso, eu fui diretor da Câmara aqui, em 2019, de patrimônio e finanças. E a gente, na gestão do nosso controlador municipal, Sílvio Zago, que foi diretor-geral na nossa gestão, o Ver. Ferronato se lembra disso, e a Câmara deu um passo – acho que o Bruno pode também rememorar um pouquinho – deu um passo importante quando a gente criou um programa chamado Câmara Aberta, que buscava exatamente a gente traduzir, no Portal da Transparência, as coisas que nós julgamos que são importantes e que a população tem direito de saber. O fato é que parece uma busca quando se fala em Kaizen ou alguma coisa assim, né? A gente sempre busca o aperfeiçoamento

contínuo e nós sempre vamos estar atrás desse fluxo, nós dificilmente vamos conseguir superar alguma ideia que não seja pensada, ou que não seja uma necessidade preexistente. Então, eu estava aqui atentamente ouvindo a manifestação do Bruno; e temos feito, desde março, a nossa diretora, Adriana Gambino, assumiu a diretoria de transparência em maio deste ano... E para terem uma ideia do que eu falo, um dado concreto e a favor desse argumento, em 2016 ou 2015, a Prefeitura foi premiada pelo TCU como o melhor portal transparência de municípios, em termos de Brasil; e é claro que se a gente fica parado no tempo, o processo, a dinâmica da informação, a condição de fornecer informação tem uma inércia, ela vai ficar defasada, então, nós assumimos um *gap* nisso. Nós temos uma outra coisa, a secretaria de Transparência foi criada em 2017, na gestão do prefeito Marchezan, mas ela não foi segregada, ela estava vinculada à Secretaria Municipal da Fazenda, e aí fica meio contraditório, você tem uma secretaria de Transparência e Controladoria, e de repente é gerida pelo secretário da fazenda, que em tese é objeto também de ser acompanhado, e até consultivamente, por um órgão de controle. Então, nisso houve uma modificação, nós tivemos uma pessoa do Tribunal de Contas do Estado que veio para a Prefeitura, assumiu por um tempo a secretaria, Sandro Bergue foi uma pessoa com uma visão externa muito boa, e eu creio que a nossa secretaria hoje está num processo, como ela é nova, ela está num processo de maturidade, são seis anos, indo para o sétimo ano de 2024. Nós temos hoje uma competência diferente, o secretário Gustavo Ferenci, que é o nosso secretário, é jornalista de formação. Então, uma coisa que eu observo – eu sou economista, sou gestor –, você ter na frente da secretaria alguém que é de órgão de comunicação que tem uma cultura de comunicação e uma possibilidade de empatia muito boa, enxergando efetivamente o produto entregue e a forma de colocar esse produto. Hoje, na Prefeitura, por exemplo, em reação ao portal a gente discute, pô, falando empenho, liquidação, para a pessoa da comunidade, da sociedade, ela não tem muita distinção – até foi objeto de uma reunião de melhoria que a gente fez –, sobre os termos, a gente está entrando eminentemente na função pública, mas não significa dizer que nós não devemos nos fazer compreender melhor

para quem precisa do acesso à informação. Então, de forma muito objetiva para entrar bem na pauta do que o Bruno trouxe, a gente tem como bases para ver o esforço da Prefeitura, um dos primeiros municípios das capitais do Brasil que têm hoje um GPO, o encarregado de produção de dados contratado. Esse processo passou pela Câmara há poucos meses, foi o primeiro projeto eu toquei na secretaria, para ajudar um pouco na questão orgânica, para poder fazer. Então nós temos o Nilton, hoje, que veio do Ministério Público, da Promotoria de Patrimônio Público, e depois de 15 anos, um especialista na área está hoje associado à Prefeitura para justamente estabelecer um marco de tudo aquilo que são dados sensíveis que a gente, muitas vezes, não se dá por conta que envolve sigilo, que envolve alguns pressupostos, então, esse é um ponto, marco importante. Outro ponto que nós conseguimos aprovar agora dia 29, dia 29 que saiu a redação final da modificação da Lei Complementar 563, que tirou o Procon da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e trouxe para a SMTC. Então, é uma mudança bem significativa também que foi realizada agora e que seguramente vai trazer, não tem dúvida alguma, pela afinidade... Porque quando tem um órgão de controle de proteção de consumidores, vinculado a uma secretaria que tem por premissa ser estimuladora dos movimentos empreendedores, você acaba tendo um certo nível conflitivo na unidade, isso pela revisão da secretaria, que antigamente vem dos comércios, tradicionalmente, até não tinha tanto, e depois quando virou desenvolvimento econômico e turismo a gente passou a ter isso. Então, por uma visão sistêmica da Prefeitura, entendeu-se que era importante que o Procon pudesse sim defender o direito consumidores, a par de não estar conflitivamente em disputa com a defesa do empreendedorismo. Então isso foi agora, há pouco tempo, e aí nós estamos trazendo junto com o Procon, o Codecon, que é o conselho, uma nova mobilização, seguindo, acompanhando as principais capitais também, que é um órgão técnico também, e como a política de defesa tem especificidades, a gente teve algumas mudanças então no sentido orgânico da composição: a parte de direito imobiliário sai fora da abrangência do Procon, é uma política estabelecida por um outro viés, então a gente conseguiu ajustar um pouco isso

numa visão. Mas entrando bem objetivamente no nosso portal, a gente tem um projeto, nós temos recursos do BNDES para ser implementado. A ferramenta que a gente utilizava, de atualização, realmente era uma ferramenta que estava um pouco defasada em termos de possibilidades; como eu falei, tratamento de rubricas, a gente tem um pouco de mais de amistosidade em tempo de resposta para aquilo que é colocado. Nunca deixamos de ter a folha dos servidores, de ter aqueles dados macro, principais; nada em PDF, que é uma coisa que se você entra no portal do Estado, eu não sei se continua, mas aí tu vais baixar um PDF lá que não vai ter informação processada. No nosso caso a gente vai na base de dados, busca o indicativo do servidor, apresenta remuneração, por exemplo, mas isso demora um tempo porque você está indo numa base de consulta. Então, superar esses obstáculos, conseguir ter melhoria da qualidade. Quando o Bruno fala na questão de a gente expor os pagamentos... Porque nós conseguimos acessar pagamentos, enfim, todos empenhos dos fornecedores, mas se a gente quiser pegar uma transação com a nota, que envolva um banco de manipulação de imagem, por exemplo, a gente tem alguns quesitos a poder suplantar para conseguir atender, e nós estamos buscando isso. A Prefeitura está lançando agora, para o ano de 2024, já a mudança, porque nós, enquanto Prefeitura, a gente tem o que não tem na Câmara, a gente tem o PL, o Pedido de Liberação – o Ver. Ferronato conhece a matéria muito mais que eu, como gestor, como contador e técnico da área –, uma figura estranha, para depois entrar no empenho. Aqui na Câmara nós temos o prévio empenho e empenho direto. Então, são técnicas: de um lado um controle excessivo, uma tentativa de obstaculizar algum gasto indevido, ter um filtro, mas isso acaba tendo um prejuízo muitas vezes, e nos mecanismos modernos e atuais a gente tem técnicas; hoje, por exemplo, pagar uma conta de luz, que tem recorrência todos meses, obviamente, se eu tiver um algoritmo ali para poder fazer essa avaliação, acompanhar, e aquele cálculo está dentro da normalidade num custo normal, o que vai sobressaltar quando o valor disparar, uma saída de água, por exemplo, uma fuga d' água. A gente tem um comportamento de conta, e essa curva modifica, a gente consegue por esse tipo de sistema, pegar. Isso, então a

Prefeitura está buscando algumas melhorias para poder fazer processos de liquidação de pagamento, com maior agilidade técnica, menos intervenção, uma no sentido de conseguir exatamente fazer uma gestão, pegando macro, pegando o que saia fora. Então, o Sistema Integrado de Gestão Fiscal – Sigef é um sistema que está em implantação; o orçamento 2024 já está vindo nesse formato; por uma regra e uma exigência fiscal federal a gente então está buscando esse avanço em termos operacionais. E no portal, propriamente dito, entrando no âmago da questão, o investimento que vai se fazer para 2024, já está projetado, prevê algumas coisas. Essa questão que o que o Bruno traz sobre a questão da agenda dos gestores públicos, a questão dos currículos dos gestores, são todas formas que nós estamos na concepção, algumas delas até já estão incluídas, na agenda já tem, já estão no *site*, já tão disponíveis, e a gente já está trabalhando com as secretarias e com as unidades finalísticas para poderem fazer uso disso, tanto agendas cotidianas, quanto a questão de currículos de agentes, de atores. Nós temos uma mudança também que já aconteceu há algum tempo, antigamente, até pouco tempo atrás, a gente fazia uma autodeclaração de bens dos gestores que adentravam na gestão, era um formulário padrão – aí o servidor podia fazer até manualmente aquilo; hoje existe uma exigência, somos obrigados, todo e qualquer agente político tem anualmente que cumprir, tanto no seu ingresso, quanto na sua saída, inclusive, mesmo que o intervalo seja inferior a um ano, ele é obrigado a fornecer o seu relatório do imposto de renda, recibo de entrega, e a especificação de bens, direitos, efetivamente como está entregue à Receita Federal. Então, alguns aperfeiçoamentos; foi feito um sistema para isso, para poder atender essas premissas. Em relação à questão da Lei de Acesso à Informação, é uma lei que já tem há algum tempo no País, é uma lei que tem 20 dias de resposta, depois tem uma possibilidade de acréscimo de tempo de mais 10 dias. Só para termos uma ideia, pelo e-SIC, nosso portal, tivemos 1.146 pedidos pela Lei de Acesso à Informação em 2023, é um acúmulo muito grande. E nós temos hoje catalogadas as áreas, quais as demandas que têm maior necessidade; muitas vezes o pedido de informação, para quem fórmula, pode parecer uma coisa

simples: “Isso se dá direto.” Só que o enfoque da gestão, tem uma premissa hoje: temos que cuidar muito com os dados sensíveis e como responder isso, mas o que não podemos, e a gente tem brigado arduamente, quando a Adriana começou, a gente estava, acho que umas 70 demandas ali... (Ininteligível.) ...aumentou um pouquinho, baixou para nove, mas temos um trabalho de fazer o pente-fino para exatamente não permitir que o tempo passe sem que a gente consiga; tem uma dificuldade de fornecer algum dado – o Bruno também já nos acompanhou algumas vezes –, comunicar ao cidadão que está pedindo informação para que informe: a dificuldade é essa, mas nós estamos fazendo isso. Não ficar silente, não deixar aquilo parado sob uma ideia de que está sendo desleixado ou não está se dando a devida atenção a essas demandas. Então, existe todo um pressuposto de preocupação em relação a isso.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Mas eu vou aproveitar e perguntar: o setor de ouvidoria está com vocês?

SR. CARLOS FETT PAIVA NETO: Sim. Vereadora, se me permitir. Só para contextualizar, a nossa secretaria tem a ouvidoria; tem o me-Ouv, que é o sistema que acolhe as demandas; tem o e-SIC, que é da Lei de Acesso à Informação; tem a Controladoria-Geral do Município, a CGMuni, que também faz parte da secretaria; a própria Controladoria-Geral do Município está abarcada na secretaria. Até uma coisa interessante, o Tribunal de Contas nos levantou essa questão, e a gente tem uma coisa um pouco diferente, a CAGE do Estado está vinculada à secretaria da fazenda. O nosso modelo me parece ser muito mais coerente, porque a gente não está vinculado a quem executa o gasto no geral, a gente tem um órgão de controle segregado, com uma secretaria própria, para poder ter um controlador com autonomia, que é servidor público, que não é um agente político. Existem algumas especificações que são da lei e que a gente tem, por regra, o cumprimento. Nós temos o Portal da Transparência; nós temos o DPO, o agora encarregado de processamento de dados da Prefeitura, que tira do prefeito, do CPF, enquanto o Município não tem as demandas, acabam indo

para o prefeito, em última análise. Então, a gente conseguiu estabelecer, exatamente, organicamente, camadas segregadas protetivas e, ao mesmo tempo, isentas, para poderem exercer aquilo que tem que fazer de forma a não deixar que as coisas erradas permaneçam, ou que se levantem, apurem essas situações de anormalidade. Ontem, nós tivemos, por exemplo, até na mídia, a questão que houve a busca e apreensão em função de alguns problemas que aconteceram antes de 2017 a 2021, sobre aquela verba extra das escolas. Então, para a nossa condição, eu diria que acho importantíssimo que a população saiba o que eventualmente acontece de desvio de conduta ou falta de uma estrutura bem gerenciada ou com regras pré-estabelecidas juridicamente. Mas nós fizemos a auditoria, quatro servidores foram afastados, a controladoria e a corregedoria atuaram nesses processos.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): (Problemas técnicos no som.) ...vereadores e nem a imprensa recebeu a auditoria feita pela Prefeitura em 2021. Esse é um dos itens que a gente está solicitando via CPI, pois todos os itens que nós estamos solicitando via comissão de finanças estão sendo barrados pelo prefeito, que é a quem chega e quem despacha. Então, não chega a vocês. Daqui a pouco, até o Bruno pode pedir, mas nós não tivemos acesso à auditoria de 2021, que foi feita...

SR. CARLOS FETT PAIVA NETO: A gente estava tratando disso com o secretário lá em Medelín, por isso que eu estou aqui representando a secretaria. Quando foi feito o trabalho, os órgãos externos, pode ter havido alguma questão, tem que avaliar, mas os órgãos, a Polícia, o Ministério Público, o Tribunal de Contas receberam essa primeira fase. Eu não estava na secretaria ainda, mas a gente tem a convicção, tanto é que saiu até, nas reportagens, que houve, de imediato, o envio desses elementos para os órgãos externos. Acho que nós temos que ver isso, se tem alguma falha.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Importante passar transparência. Até reforço aqui a própria transparência, os servidores afastados foram afastados da Secretaria Municipal de Educação, mas um deles, por exemplo, foi para o gabinete do prefeito no mesmo dia. Então esse tipo de transparência que a população, a Câmara, a imprensa precisam ter. O que aconteceu? Auditoria. A Ver.^a Biga, nós, vereadores... O que aconteceu? E, depois disso, o que aconteceu com esses servidores? Tem sindicância? Foi fechada por quê? Teve processo administrativo? Até hoje, a gente não sabe, porque esse servidor que estava envolvido, que é um dos itens da busca e apreensão da Polícia Civil, depois de um ano, a gente sabe pela imprensa que ele estava até hoje na Prefeitura recebendo FG, e ele passou, no dia em que ele saiu da Secretaria de Educação, para o gabinete do prefeito. Eu acho que é isso. E me parece que vocês estão fazendo isso na secretaria de vocês, mas, de alguma maneira, para nós, vereadores, e para a imprensa, as informações não têm chegado. A gente tem hoje conseguido mais informações e mais rápidas pelo Bruno do que sendo vereadores. Muitas vezes, a própria imprensa fica sem informações também. Então acho que é um desafio, até parabenizo a secretaria de vocês; mas me parece que esse desafio ainda é um desafio posto para a atual gestão.

SR. CARLOS FETT PAIVA NETO: Só uma colocação, vereadora, até porque a gente, com o tempo... Eu estou há 14 anos na gestão pública, é a minha sétima área pública, entre Guarda Municipal, Secretaria do Meio Ambiente, FASC, que é um lugar bem exigente e com uma cultura fantástica; Administração, como secretário de Administração. E eu pude ver, nesse período, muitas evoluções. Eu vim para a Câmara; depois retornei para a Prefeitura, para a Saúde, para chegar na Transparência. Então eu conheço um pouco a ponta. O que nós vemos? Existe um problema também. Os dados sensíveis são muito maltratados. Acho que talvez pelo ímpeto de o jornalista ganhar um prêmio, daqui a pouco, por uma reportagem bem feita, e já vi coisas acontecerem, são expostas pessoas. E, daqui a pouco, quando tem um problema e não é muito clara a forma... Eu penso ao contrário, eu acho que nós temos que tentar

apregoar que os métodos sejam cada vez mais eficazes e eficientes. A gente também não pode simplesmente condenar as pessoas de maneira abrupta, sob pena e risco de encerrar. Ontem, eu estava até com prefeito, e ele fez uma fala, e com isso eu tenho que concordar, tenho que defender um pouco: se a gente faz o levantamento, verifica que tem uma questão controversa em que não está correto o procedimento, o que você tem que fazer? Você afasta o servidor daquela ponta, daquilo sensível, o presidente não vai deixar um chefe numa área que está apresentando problema, mas tem que ter um controle, uma forma de fazer. Então o exercício da gestão em relação a como lidar com isso tem que ter, realmente, um cuidado, um zelo em como fazer. Essa questão de ter vindo essa parte inicial de 2017 a 2021, eu tenho a convicção que foram passados aos órgãos de controle, talvez um pouco reativamente pela preocupação, e que existe essa dicotomia de medo, muitas vezes de você passar algum dado sensível e ter daqui a pouco uma estigmatização social, ou um julgamento prévio a uma situação que exige realmente um controle. Então a gente tem, cada vez mais, uma visão da necessidade e de ir ao encontro, de passar tanto quanto possível, uma coisa assim... Na legislação e até no que o Bruno nos trouxe nas colocações, por exemplo, a questão dos dados abertos. A gente acha muito importante a população ter acesso a informações de outras coisas que possam atender às expectativas, ou até gerar formulações que possam até retornar para o público, então a gente está trabalhando, por exemplo, com dados abertos; não é uma exigência legal, hoje, fiscal, mas é uma exigência que nós temos para poder promover a relação com os cidadãos, que é importante.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Obrigada. Passo a palavra para a Ver.^a Biga Pereira.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Quero cumprimentar a nossa Presidente Mari, que chama esse tema tão importante, tão sensível e que a nossa comissão tem a obrigação de esclarecer. Cumprimento nosso querido Ver. Ferronato e aos nossos convidados. Bruno, foste muito bem, gostei da tua

explicação, nos ajuda a de fato ter esses critérios. Interessante quando você apresenta aqui o “quem”, “sobre”, “o quê”, “por quê”, “quando”, é um pouco isso que a gente fica se perguntando. Cumprimento o Carlos, a Adriana, a Débora, enfim, por vocês estarem aqui. Eu me inscrevi, Presidente Mari, para dizer que o controle social da coisa pública para nós é muito caro, é muito caro isso, pois nós primamos por uma democracia e democracia é isso também, que a população tenha esse controle a partir dos espaços constituídos – os conselhos foram, na verdade, apagados desta gestão, não se deu condição, se fecharam muitos conselhos –, e isso, para mim, é transparência, porque é o controle social. Eu não vejo a transparência como o Portal da Transparência, o portal de dados abertos. Não, não é só isso, não pode ser só isso, porque a gente precisa ir atrás. A minha visão, como vereadora, é que a Prefeitura de Porto Alegre trata muito mal este poder, meu colega Ferronato. O Executivo trata o Legislativo com desdém, eu chego a adjetivar desta forma, porque nós temos o papel de sermos fiscalizadores – é um dos papéis de um vereador, de uma vereadora –, no entanto, quando nós fazemos um pedido de informação, porque a gente não tem acesso, vai no portal e não tem, aí se faz um pedido de informação legal, que é do processo, e o que acontece? Essa solicitação não chega no prazo, demora... Aqui mesmo a gente denunciou, já, situações: “Não, eu pedi, mas a informação não chegou ainda”. Bom, aí dão uma acelerada. Não chega. Quando chega, chega com respostas completamente evasivas, que não explicam, que não respondem, não respondem, respostas soltas, ou seja, não respeitam este Poder. Se nós estamos perguntando, não é porque eu, pessoa, quero saber. Eu sou uma instituição pública, não é? Eu preciso daquele dado, no entanto a Prefeitura não nos fornece. Veja bem: nós fizemos parte da CPI, aqui, a presidente Mari já abordou. Quer dizer, eu tenho uma CPI instalada sobre a educação. Aliás, eu estou carente de discutir educação. Estava comentando com a presidente Mari que eu estou carente de discutir educação, porque a gente está só discutindo denúncias de gestão. Quer dizer, nós estamos investigando a partir da CPI, e aí esta semana entra mais essa denúncia, feita pela imprensa, da situação, de que nós temos dificuldade de acessar esses dados. Na CPI,

Carlos, ontem nós tivemos uma oitiva, e eu insisti com a pergunta de quem decide, que é o que tu nos trazes. Quem decidiu? Um corpo técnico. Quem é o corpo técnico? Onde estão as resoluções desse corpo técnico? Tem um comitê? Tu legalizaste? Quem são essas pessoas? Qual é o poder que esse corpo tem? Quem é esse corpo? Qual é o poder de decisão desse corpo? Quais são os critérios que esse corpo... Não tivemos respostas, e a gente já fez essa pergunta para todos que nós ouvimos, e nós não tivemos essa resposta. Isso para mim é transparência. Isso para mim é transparência. Então, eu me inscrevi para dizer para vocês que eu acho que a transparência desta gestão está muito aquém, embora eu reconheça todo o esforço, toda a tua capacidade, Carlos, que tu demonstras aqui. Quer dizer, tu és um servidor que já passou por outras tantas secretarias, autarquias, enfim. Tu tens já *know-how*. Agora, como é que está sendo usada essa tua capacidade para o bem comum? O que que a Prefeitura disponibiliza para a sociedade? Se, para mim, eu, como vereadora, faço perguntas, solicitações de informação, e eu não tenho resposta, e o cidadão comum? Não tem. Esse é que não tem. Porque, se nós ainda temos esse expediente de sermos vereadores, termos microfone, termos tribuna, termos condições legais de fazer as indagações e nós não temos as respostas, um cidadão comum muito menos, muito menos. Então, eu faço essa manifestação aqui para vocês, porque faço questão de que fique registrado, de que nós estamos sendo maltratados. Como um órgão legal que tem o direito de fazer essas indagações e de fiscalizar, estamos sendo dificultados de fiscalizar, porque nós não sabemos, Bruno, quem decide, sobre o que se decide, o por quê e o quando, que são as perguntas que tu estampaste aqui para nós. Não, nós não temos acesso a isso. Então só o Portal da Transparência, para nós não significa transparência, tem muito mais coisas que nós precisamos aqui. Eu fico nessa indignação e faço essa manifestação exatamente porque eu reconheço o esforço de vocês, profissionais, dedicados, e sinto na fala o orgulho: não, estamos fazendo isso, estamos procurando chegar até aquilo... Está bem, mas, todavia, contudo, isso não chega na população. Não existe transparência, não

existe, tanto que nós fomos obrigados aqui a fazer CPI, com dificuldades. É isso. Obrigada, Presidente.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Obrigada, Ver.^a Biga. Eu tenho duas colocações e já passo depois, de imediato, para o Ver. Ferronato. A primeira é que em dois dias nós estamos esperando que venha a LOA, a Lei Orçamentária do Município, na expectativa na LOA, na qual nós já votamos na LDO, nós temos uma desoneração fiscal estimada em cerca de R\$ 70 milhões só para o ano que vem e que vai aumentando. Toda vez que a gente está trabalhando com projetos de desoneração fiscal, como o próprio Bruno trouxe, nós não temos quantos são impactados, a gente não tem nenhuma análise do que a gente está falando. Nós estamos tirando R\$ 30 milhões que tratariam para os cofres públicos para fazer políticas públicas, e nós estamos dando para um setor que tem uma empresa, tem 100 empresas, tem um empregado, tem 1.000 empregados; o que que nós esperamos... E isso vai estar sendo votado com diversos itens na LOA que nós votamos no próximo mês. Então já é necessário que o Executivo, já que ele já está compreendendo uma desoneração fiscal de R\$ 70 milhões de mandar para a Câmara de Vereadores uma transparência com relação a: por que dentro da Lei Orçamentária? Nós estamos reduzindo nosso orçamento em R\$ 70 milhões. Quais são os setores; quantos empresas que são beneficiadas, qual é o impacto também no mercado de trabalho. Eu acho que a gente está podendo já ter essa informação e aqui de imediato passo para o senhor se conseguir incluir na Lei Orçamentária que nós estaremos votando. Eu acredito que não deve ser muito difícil porque são poucos itens e um dos setores coloca aí mais de R\$ 30 milhões, ou seja, pelo menos metade vai pra um setor. Então acho que é bem fácil de fazer esse levantamento e essa transparência.

E, por último também, nós, eu e a Ver.^a Biga, tenho certeza do Ver. Ferronato, começam as matrículas da educação infantil do Município de Porto Alegre a partir do dia 15, essa semana. Temos desafios, a educação infantil é um desafio; desafios de transparência para nós, vereadores, para sabermos dos inscritos, onde falta vaga, a lista, e sem precisar criar um nome, mas a lista ser

transparente da questão da falta de vagas por região, acho que é um desafio para o Município, essas informações. Mas também é um desafio para as mães, e aqui me coloco no lugar da cidadã que depende de uma vaga pública, saber como ela está na lista. Isso já é projeto de lei aprovado pela Ver. José Freitas, onde ela está na lista, em que lugar ela ficou, qual é a expectativa dela. Essa ansiedade, eu e tu, Biga, temos filhos e a gente sabe, imagina aquela mãe que não sabe, que não foi contemplada com a vaga, mas será que eu sou a segunda, eu sou a terceira; quantas tem; como está andando a lista; como não está andando a lista. Eu acho que é um desafio que a gente tem que trazer para as famílias e também dar esperança para as mães que foram contempladas. A gente sabe que existe, no canal de denúncia, quando elas denunciam escolas que estão cobrando taxas, que isso seja realmente trabalhado, porque a gente vê uma desesperança nas comunidades. A gente sabe que é uma realidade, uma vez que ainda tenha a dificuldade financeira das escolas, mas a gente sabe que algumas mães não se sentem agora no poder de não contribuir, muitas vezes, não voluntariamente, mas obrigatoriamente com a escola, porque ela fica com medo de perder a vaga. Então essa mãe, e é uma realidade ainda da nossa educação, precisa usar vocês, a ouvidoria, e não nós, vereadores, para poder denunciar a escola que está usando dessa prática de maneira errada. Então são dois fatores que eu acho que são importantíssimos para as mães – a Ver.^a Biga tem uma grande pauta com mulheres também e sabe desta realidade das nossas comunidades. Então são essas as duas colocações que eu passo para o setor de transparência.

SR. CARLOS FETT PAIVA NETO: Essas demandas sobre a questão da exoneração fiscal, realmente vou atrás para ver como é que está isso. Da questão da educação, realmente a gente tem um volume significativamente alto, falar com o secretário José Paulo, que é muito acessível, que ingressou há pouco, eu estive com ele ontem até, para gente ver se a gente tem capacidade de publicizar a classificação, a lista e, ao mesmo tempo, a questão de verificação das escolas que, eventualmente, queiram cobrar valor extra, até porque um dos

elementos até para receber ação do recurso público é de, efetivamente, ter gratuidade das matrículas, do pagamento das mensalidades.

Sobre a questão da exoneração, nós temos uma lei complementar do Município, a lei é muito antiga, que versa sobre as isenções, por exemplo, do IPTU. A gente encontra diversas conformações de organizações, como sindicatos, enfim, algumas que pagam a taxa de lixo, que não tem obrigação, mas para fazer, para satisfazer. Ou pessoas que têm baixa renda também, tem uma modelagem que a cada dois anos, usando os anos que são pares, elas têm que fazer a renovação da informação para ter essa isenção. Quando a senhora fala em exoneração fiscal, está falando mais 12 incentivos fiscais das empresas setorialmente que não pagam, no caso, ISSQN. É isso ou é mais aberto?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O que está vindo para gente é um grande volume de ISSQN, a do IPTU ainda não chegou nenhuma lista. A gente sabe que tem as regras referentes ao IPTU que envolve área verde, tem toda uma lei ali, que a gente também tem dificuldade de ter informações de quem é contemplado com cada uma dessas situações. Tanto é que, ano passado, quase se passou um projeto de lei para abonar e permitir que empresas que estão com alguma situação fiscal, pudessem se beneficiar de isenção. Teve até um grande movimento de a gente não permitir isso. Então essa falta de transparência também é um desafio para nós.

CARLOS FETT PAIVA NETO: Eu notei aqui suas demandas para encaminhar.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Primeiro, bom dia a todos e todas. Trazer um abraço aqui ao Bruno e à Adriana e à Débora. A primeira colocação: eu trabalhei por anos na Contadoria da União e depois na Contadoria do Estado tenho uma relação muito próxima com pessoal da Contadoria aqui do Município, como é que está funcionando? A União e o Estado estão na Fazenda – mudaram de nome –, no Município, está a contabilidade na transparência...

CARLOS FETT PAIVA NETO: Não, foi muito boa... o senhor quer manter a pergunta e depois eu respondo? Eu me atravessei um pouco, eu fiquei motivado pela sua colocação, mas pode seguir.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Sim. E a auditoria na Transparência também, toda Controladoria do Município está na Transparência ou não?

CARLOS FETT PAIVA NETO: Então vamos por partes. A Contadoria, que é a parte da execução, está na Fazenda, com Vanderlei, que é o nosso responsável lá. E a Controladoria, que faz a parte de pessoas internas sem o acompanhamento, está na Transparência, está segregada. Então quem executa está na Fazenda, mas quem fiscaliza está segregado.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Está ótimo. Bom, com relação, minha estimada Presidente, à informação, vamos falar da exoneração fiscal. Isso se discute há muitos anos, desde os primeiros momentos em que surgiram ali movimentos para a transparência no setor público. E eu tenho dito, ouço bastante desaforo, mas eu sou favorável à transparência no setor público e também no setor privado. Porque, no setor privado, um “gerentoca” aí de quinta linha ganha 20, 30, 40, 50 – aqui na Câmara também – e quando tu ganhas 25 eles acham que tu estás roubando do País. Então deve haver uma transparência no setor privado também, mas isso não existe, não é aqui que se vai responder a isso. A transparência no setor privado depende muito do peso do informado, peso político e econômico. Do servidor público, eles colocam aí todos os dias numa facilidade enorme. Se alguém pede quanto ganha o Ferronato, no mesmo dia, eles dizem. Agora, se pedirem qual é o tamanho da isenção de uma empresa “x” grande, não vem porque o peso reflete nisso. Então é uma disputa que vem de muitos anos e está se avançando pouco. Mas Porto Alegre ainda desponta, em termos de Brasil, na questão da transparência porque nós estamos avançando, e a esmagadora maioria dos municípios brasileiros e das capitais têm uma situação bem mais debilitada. Para concluir, uma coisa eu não consigo

compreender, chega a mãe e o pai aqui, eles querem, precisam de uma vaga, vou falar na creche. A resposta que a Prefeitura dá é assustadora. Pede pra ingressar no Ministério Público, porque daí ele vai conseguir a vaga. Mas, se ele consegue a vaga por uma determinação do Ministro Público, ele pode conseguir uma vaga também através da Prefeitura, mas é outra questão. Então eu quero deixar um abraço para vocês e dizer que é bom revê-los e cumprimentá-los. Temos dificuldades, sim, mas as coisas estão avançando. Um abraço e parabéns para vocês. Obrigado.

SR. CARLOS FETT PAIVA NETO: Se me permite, vereadora, o vereador é muito reconhecido pela visão de ser contador, e eu acho que participa da CEFOR há bastante tempo, ele realmente tem uma visão muito adequada. Eu trabalhei, vereador, do outro lado do balcão, eu fui, até tive a satisfação de trabalhar com o pai da Mariana, ele era meu vice-presidente no Sindilojas de Porto Alegre, eu trabalhei 14 anos naquele lado, e é uma coisa interessante o que o senhor fala. Eu reconheço muitas coisas, eu sou liberal de formação, de essência, sou a favor do mercado, mas eu também reconheço que existem algumas coisas, assim, por exemplo, o poder da mídia, então a gente tem uma situação um pouco a reparar nisso. Sou a favor do Estado necessário para fazer as coisas, mas, ao mesmo tempo, eu vejo também com os seus olhos, eu enxergo alguma desigualdade nisso, uma deslealdade até em relação a esse contexto, mas só para fazer coro às suas colocações.

Em relação à nossa cidade, o nosso secretário, só pra finalizar, ele coordena hoje a frente nacional que cuida da lei geral de proteção de dados. Então vai haver até lançamento agora de um livro a respeito da legislação, de tudo que implica, coisas novas que estão vindo, a gente está sempre sendo imposto a ter que andar um pouco atrás, apanhando um pouco, mas, tendo figuras como o Bruno, que a gente respeita muito, que entende o papel e nos ajuda com as críticas que são muito bem-vindas, e a gente leva as críticas com a melhor das disposições de tentar atender ao que nós podemos. Não vamos conseguir atender tudo, com certeza.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Eu vou só formalizar aqui, então, se puderem nos mandar só a auditoria de 2021, agora que já é público, a gente já pede aí a auditoria da Secretaria Municipal de Educação de 2021, eu acho que agora a polícia já fez as buscas e apreensões, os nomes já são públicos, eu acho que a gente já pode ter acesso à auditoria, se puderem nos mandar.

SR. CARLOS FETT PAIVA NETO: Eu vou encaminhar a demanda, vereadora. Está bem.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Exato, daí a gente formaliza, essa comissão de finanças pede também, e daí a gente tem acesso à auditoria. Muito obrigada. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 11h48min.)

TEXTO SEM REVISÃO